

Ano XXVI nº 6553 – 14 de abril de 2022

Denúncias de assédio serão pauta de negociação com o BB

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) se reunirá com o banco hoje, quinta-feira 14 de abril, para tratar de denúncias de assédio moral e cobrança excessiva de metas, que dificilmente serão atingidas, nas Centrais de Relacionamento do Banco do Brasil (CRBBs) em São Paulo, Curitiba, São José dos Pinhais (PR) e em outras localidades do país.

“Valorizamos muito o método de negociação. Por isso, antes de qualquer manifestação, queremos tratar sobre as denúncias de assédio que recebemos”, explicou o coordenador da CEBB, João Fukunaga. “Queremos saber se é um problema da gestão local, ou se é orientação do banco. Seja como for, é preciso cessar este tipo de atuação para evitarmos danos aos funcionários e à própria instituição”, completou o coordenador da CEBB, lembrando que a categoria bancária é uma das mais acometidas por doenças relacionadas ao trabalho, tanto por casos de transtornos mentais, quanto as Lesões por Esforços Repetitivos e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/Dort).

12 Estados têm mais pessoas com Auxílio Brasil do que emprego

O número de beneficiários do programa Auxílio Brasil é maior que o de empregos com carteira assinada (o que exclui setor público) em 12 das 27 Unidades da Federação.

Os dados consideram os 41 milhões de trabalhadores formais que têm a carteira de trabalho assinada. Há, no entanto, um contingente grande de trabalhadores informais e/ou sem carteira assinada. Um estudo recente do FGV Ibre mostra que o número de pessoas que trabalham por conta própria (portanto, sem carteira) chegou a 25,9 milhões no 4º trimestre de 2021.

Um levantamento com dados de fevereiro de 2022 (os mais recentes até agora para o emprego) mostra que todos os Estados onde o número de beneficiários do Auxílio Brasil supera o de empregados com carteira estão nas regiões Norte e Nordeste.

Antes da pandemia, eram 8 Estados com mais benefícios do que empregos formais. O número subiu para 10 Unidades da Federação em 2020 e, com o novo Auxílio Brasil, foi a 12.

AUXÍLIO BRASIL SUPERA TRABALHO COM CARTEIRA EM 12 ESTADOS



UF	emprego com carteira assinada	beneficiários do Auxílio Brasil	benefício supera emprego?
Maranhão	529.208	1.100.451	SIM
Bahia	1.821.479	2.211.315	SIM
Pará	821.882	1.148.414	SIM
Piauí	302.392	540.622	SIM
Paraíba	431.929	612.051	SIM
Pernambuco	1.293.089	1.427.915	SIM
Alagoas	375.005	482.948	SIM
Ceará	1.198.244	1.299.297	SIM
Sergipe	284.212	347.319	SIM
Amazonas	448.372	476.634	SIM
Amapá	70.492	96.972	SIM
Acre	87.812	109.254	SIM
Rio G. Do Norte	438.871	437.717	NÃO
Roraima	65.078	59.736	NÃO

PL dos planos de saúde acessíveis beneficia operadoras e prejudica usuários

Em tramitação no Senado, o Projeto de Lei dos Planos de Saúde Acessíveis (PL n. 7.419/2006) propõe novas modalidades de planos e mudanças na regulação do setor. O projeto traz benefícios às operadoras em detrimento dos usuários e impacta negativamente também no Sistema Único de Saúde (SUS), com propostas como o aumento da coparticipação para 50% e a flexibilização dos procedimentos e eventos assegurados pelo plano, sem seguir a cobertura mínima determinada pela Agência Nacional de Saúde (ANS). Assim, o usuário arca com a falta e dificuldade de acesso a procedimentos, demanda que é absorvida pelo setor público. A análise é de pesquisadores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP).

Os pesquisadores examinaram documentos oficiais relativos ao projeto, considerando suas justificativas econômicas e possíveis impactos das medidas no acesso à saúde. Mesmo se não aprovado, o PL é representativo de pautas comumente defendidas como solução para problemas característicos do setor, assim como das possíveis consequências de reformas para a efetivação do direito constitucional à saúde. Tal discussão ganhou mais espaço com a queda no número de beneficiários de planos privados, que se intensificou com a crise econômica de 2016 e com a pandemia. É necessário acompanhar os projetos legislativos e de mudanças na regulação do setor, avaliando as propostas para além do que é mais aparente. “Nem sempre colocar algo como acessível necessariamente trará o benefício de acessibilidade aos serviços. É uma briga que vai continuar, e que se precisa estar atento para não se deixar levar por discursos muito fáceis, de que se é barato, é bom. Não necessariamente. Às vezes, o barato sai caro”, concluem os pesquisadores.